

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(em milhares de Reais)

(c) Expectativa de realização

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização anual dos créditos tributários e o valor presente apurado com base na taxa do CDI de 31 de dezembro de 2015, são os seguintes:

| Exercício | Expectativa de realização por exercício | Valor presente dos créditos tributários |
|--------------|---|---|
| 2016 | 8.217 | 7.199 |
| 2017 | 2.994 | 2.298 |
| Total | 11.211 | 9.497 |

(d) Obrigações fiscais diferidas

| | Dezembro/14 | Realização | Constituição | Dezembro/15 |
|-----------------------------|-------------|------------|--------------|-------------|
| Marcação a mercado (Nota 9) | (9) | 81 | (84) | (12) |
| Total | (9) | 81 | (84) | (12) |

| | Dezembro/13 | Realização | Constituição | Dezembro/14 |
|-----------------------------|-------------|------------|--------------|-------------|
| Marcação a mercado (Nota 9) | (26) | 30 | (13) | (9) |
| Total | (26) | 30 | (13) | (9) |

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

| | 2015 | 2014 |
|---|---------------|---------------|
| Programa de participação nos resultados - curto prazo (1) | 9.452 | 9.562 |
| Outras obrigações sociais e estatutárias (Nota 11) | 5.572 | 3.958 |
| Programa de participação nos resultados - longo prazo (2) | 2.961 | 2.087 |
| Total | 17.985 | 15.607 |
| Circulante | 17.985 | 15.607 |

- (1) Programa de participação nos resultados baseado em benefício de curto prazo pago em dinheiro.
- (2) Planos de remuneração baseados em ações

O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração de longo prazo é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação. Não há alternativas para pagamento em ações.

Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações, somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente, com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de diferimento do benefício é de três anos a contar a partir do recebimento da gratificação, sendo 33,33% do benefício pago a cada ano. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento, com base em valores divulgados pela NYSE.

O valor contábil do passivo referente às ações em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 2.961 (R\$ 2.087 em 2014). Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível. Não houve cancelamentos ou alterações nos planos durante 2015 ou 2014.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

| | 2015 | 2014 |
|---|---------------|---------------|
| Provisões para impostos e contribuições sobre o lucro | 16.331 | 15.691 |
| Provisão para obrigações legais e outros passivos contingentes (Nota 12b) | 8.593 | 8.788 |
| Impostos e contribuições a recolher | 6.195 | 2.517 |
| Provisão para imposto de renda diferido (Nota 7d) | 12 | 9 |
| Total | 31.131 | 27.005 |
| Circulante | 22.538 | 18.217 |
| Exigível a longo prazo | 8.593 | 8.788 |

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

| | 2015 | 2014 |
|--|---------------|---------------|
| Valores a pagar sociedades ligadas (1) | 13.818 | 21.441 |
| Provisão para pagamentos a efetuar | 1.060 | 992 |
| Total | 14.878 | 22.363 |
| Circulante | 14.878 | 22.363 |

(1) O saldo de "valores a pagar sociedades ligadas" decorre substancialmente dos serviços de infraestrutura técnica e operacional necessárias em negociações com valores mobiliários com o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., que tem como contrapartida no resultado "Outras despesas administrativas".

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social está representado por 12.756.775 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que asseguram dividendos anuais de 25% do lucro líquido podendo a Assembleia Geral deliberar por distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 31 de dezembro de cada ano, após as deduções legais, para o fundo de reserva legal em 5%, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que essa reserva atinja 20% do capital social realizado.

Em 31 de dezembro de 2015 a Corretora provisionou R\$ 5.559 (R\$ 3.945 em 2014) referentes aos dividendos mínimos obrigatórios.

Em 31 de dezembro de 2015 a Corretora constituiu R\$ 385 (R\$ 831 em 2014) referentes às reservas legais.

Em Assembleia Geral Ordinária, de 30 de abril de 2014, a Administração deliberou o pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 15.894, sendo R\$ 3.973 referente aos mínimos obrigatórios do exercício de 2013 e R\$ 11.921 referente a dividendos adicionais.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, de 30 de abril de 2015, a Administração deliberou a criação de nova "reserva de lucros - estatutária" destinada a assegurar a adequação operacional e regulatória da Corretora, podendo ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital ou, não havendo a necessidade, para a realização da distribuição de dividendos. A referida "reserva de lucros - estatutária" será constituída mediante à destinação de até 100% dos resultados remanescentes do lucro líquido da Corretora apurado em cada exercício social, após efetivadas todas as demais deduções legais, e mediante proposta da Administração, sendo certo que o saldo de tal "reserva de lucros - estatutária" não poderá ultrapassar o valor do capital social. A Administração aprovou a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios de 2014 não distribuídos, no montante de R\$ 3.945 e a "reserva de lucros - especiais", no montante de R\$ 11.834 para "reserva de lucros - estatutária".

Em atendimento à Resolução 3.605/08 do CMN, o valor de R\$ 19.322 referente à "reserva de capital" em 31 de dezembro de 2015 foi destinado para a conta de "reserva de lucros - especiais".

12. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Corretora, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvida em contingências como segue:

(a) **Ativos contingentes:** não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

(b) **Provisões constituídas**

Composição dos saldos patrimoniais

| | 2015 | 2014 |
|--|--------|--------|
| Depósitos judiciais (Nota 7) | 10.641 | 10.550 |
| Provisões para obrigações legais e outros passivos contingentes (Nota 9) | 8.593 | 8.788 |

Movimentação dos saldos patrimoniais

| | 2015 | 2014 |
|------------------------|--------------|--------------|
| Saldo inicial | 8.788 | 7.941 |
| Constituições/(Baixas) | (195) | 847 |
| Saldo final | 8.593 | 8.788 |

(b.1) **Passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

A Corretora é parte em litígios judiciais e administrativos de natureza fiscal, que são classificados de acordo com a sua natureza, como contingências ou obrigações legais. De acordo com o CPC 25, são classificados como passivos contingentes os processos judiciais ou administrativos decorrentes de autos de infração ou notificações judiciais onde contesta-se as exigências formuladas pelas autoridades fiscais. São classificadas como obrigação legal as discussões acerca da inconstitucionalidade ou legalidade da exigência de determinado tributo.

(b.1.1) **Obrigações legais**

As obrigações legais fiscais estão registradas na rubrica "fiscais e previdenciárias" e são compostas, principalmente, pela discussão sobre o alargamento da base de PIS/COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Com base em estimativas realizadas pelos advogados externos, a finalização da causa está prevista para ocorrer até dezembro de 2017. Adicionalmente, por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(b.1.2) **Passivos contingentes**

A Corretora também é parte em litígios tributários cujos riscos de perda são classificados pela Administração, com base no prognóstico de seus consultores jurídicos, como possíveis. Estimam-se os potenciais passivos contingentes associados a tais litígios o valor de R\$ 49.940 (R\$ 46.063 em 2014) que envolve as seguintes discussões: (i) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 31.062 (R\$ 28.748 em 2014); e (ii) PIS e COFINS sobre corretagem de investidor estrangeiro no valor de R\$ 18.878 (R\$ 17.315 em 2014).

Destaca-se que dado o prognóstico de perda possível, não há provisão constituída para fazer face às perdas potencialmente derivadas de tais litígios.

(b.1.3) **Programa de Parcelamento Incentivado - PPI da Prefeitura do Município de São Paulo**

Em decorrência da abertura do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI pelo Município de São Paulo, a Corretora aderiu em 14 de abril de 2015 ao referido programa nos termos da Lei nº 16.097/14 (regulamentada pelo Decreto nº 55.828/15). O processo judicial e administrativo objeto desse parcelamento refere-se à discussão do ISS sobre receitas de corretagem na BM&F. A adesão à

essa discussão foi total, sendo certo que os valores devidos após o cômputo dos benefícios foram pagos nos termos desta Lei e aguardam consolidação dos débitos por parte da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Município de São Paulo. O impacto gerado no resultado com a adesão ao programa no primeiro semestre de 2015 foi de R\$ 467 e encontra-se registrado na rubrica "Outras despesas operacionais".

13. RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A composição do saldo deste item é a seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|---|---------------|---------------|
| Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 18b) | 18.108 | 13.859 |
| Rendas de títulos e valores mobiliários | 4.853 | 4.242 |
| Ganhos/perdas líquidas realizadas com títulos e valores mobiliários | (1.261) | (1.116) |
| Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários | (4) | (45) |
| Total | 21.696 | 16.940 |

14. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|-------------------------|----------------|----------------|
| Receitas de corretagens | 115.296 | 145.090 |
| Total | 115.296 | 145.090 |

Referem-se às receitas de corretagens na intermediação de operações nas bolsas de valores mobiliários e de futuros.

15. DESPESA DE PESSOAL

A composição do saldo deste item é a seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|----------------------------|-----------------|-----------------|
| Remuneração direta | (20.708) | (19.996) |
| Custos previdenciários | (7.769) | (3.937) |
| Benefícios | (1.519) | (1.153) |
| Outras despesas de pessoal | (99) | (140) |
| Total | (30.095) | (25.226) |

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|--|-----------------|-----------------|
| Despesas de infraestrutura e serviços (1) | (49.054) | (75.596) |
| Despesas de serviços do sistema financeiro | (3.881) | (2.408) |
| Tecnologia e sistemas | (1.913) | (1.408) |
| Outras despesas administrativas | (1.207) | (1.197) |
| Despesas de viagem | (499) | (352) |
| Despesas com serviços técnicos prestados por terceiros | (593) | (508) |
| Publicidade e publicações | (133) | (106) |
| Total | (57.280) | (81.575) |

(1) As despesas de infraestrutura e serviços decorrem substancialmente dos serviços de infraestrutura técnica e operacional necessárias em negociações com valores mobiliários com o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. (Nota 18).

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|---|-----------------|-----------------|
| Impostos sobre Serviços - ISS | (5.891) | (7.309) |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | (5.632) | (6.577) |
| Programas de Integração Social - PIS | (915) | (1.069) |
| Outras despesas tributárias | (459) | (331) |
| Total | (12.897) | (15.286) |

18. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) **Saldos do final do exercício mantidos em balanço junto à Controladora**

| Tipo de operação | Vencimento | Taxa (a.a.) | 2015 | 2014 |
|---|------------|-------------|------------------|-----------------|
| Ativos | | | | |
| Disponibilidades | | | 196 | 337 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 04/01/2016 | CDI | 165.035 | - |
| | 02/01/2015 | 10,97% | - | 173.550 |
| Negociação e intermediação de valores | 04/01/2015 | | - | 71.342 |
| Total ativos | | | 165.231 | 245.229 |
| Passivos | | | | |
| Dividendos a pagar | | | (5.559) | (3.944) |
| Negociação e intermediação de valores | 06/01/2016 | | (251.747) | - |
| Valores a pagar a sociedades ligadas | 09/01/2016 | | (13.818) | - |
| | 06/01/2015 | | - | (21.441) |
| Total passivos | | | (271.124) | (25.385) |

(b) **Saldos do final do exercício apresentados no resultado decorrentes de operações junto à Controladora**

| Tipo de operação | 2015 | 2014 |
|---|----------|----------|
| Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 13) | 18.108 | 13.859 |
| Receitas de prestação de serviços | 1.913 | 282 |
| Outras despesas administrativas (Nota 16) | (49.054) | (75.596) |

(c) **Saldos do final do exercício mantidos em balanço junto às Partes Relacionadas não Controladoras**

| Tipo de operação | Vencimento | 2015 | 2014 |
|---------------------------------------|------------|------------------|-----------------|
| Ativos | | | |
| Negociação e intermediação de valores | 06/01/2016 | 112.872 | - |
| | 04/01/2015 | - | 401.204 |
| Total ativos | | 112.872 | 401.204 |
| Passivos | | | |
| Dividendos a pagar | | (14) | (14) |
| Negociação e intermediação de valores | 06/01/2016 | (804.522) | - |
| | 04/01/2015 | - | (65.200) |
| Total passivos | | (804.536) | (65.220) |

(d) **Saldos do final dos exercícios apresentados nos resultados decorrentes de operações junto às Partes Relacionadas não Controladoras**

| Tipo de operação | 2015 | 2014 |
|-----------------------------------|--------|--------|
| Receitas de prestação de serviços | 26.054 | 29.423 |

As operações efetuadas com empresas do grupo foram realizadas com base em condições usualmente praticadas no mercado, levando-se em conta a redução de riscos.

(e) **Remuneração do pessoal-chave da administração**

As despesas com remuneração do pessoal-chave da administração do grupo Bank of America Merrill Lynch no Brasil estão demonstradas a seguir:

| | 2015 | 2014 |
|---|--------|--------|
| Participação nos lucros e gratificações | 25.621 | 17.266 |
| Plano de benefícios de longo prazo | 14.710 | 12.160 |
| Salários e benefícios | 11.105 | 10.895 |

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Bank of America Merrill Lynch zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e para administração de riscos.

No decorrer do período foi realizada reunião de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria interna, da Auditoria Independente e de outras áreas. Destacamos os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015;

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas

Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Examinamos as demonstrações financeiras da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações

| | 2015 | 2014 |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| Encargos e multa rescisória | 17.164 | 21.400 |
| Previdência privada | 576 | 788 |
| Total | 69.176 | 62.509 |

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

19.1. Em 31 de dezembro 2015 e de 2014 não existiam posições em aberto, carteira própria, no mercado de derivativos.

19.2. A Lei nº 12.973/14, resultante da conversão da Medida Provisória nº 627/13, alterou diversos dispositivos da legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, dentre os quais se incluem (i) a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e (ii) a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A referida Lei produziu efeitos, de forma obrigatória, a partir do exercício de 2015. A Administração não optou pela antecipação dos seus efeitos.

19.3. Para fins da demonstração de fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa é composto pelo seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|--|----------------|----------------|
| Depósitos bancários | 196 | 338 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 165.035 | 173.550 |
| Total | 165.231 | 173.888 |

19.4. Gestão de Risco - É um processo contínuo, permanentemente revisado, servindo de base nas decisões do Conglomerado, abrangendo:

Risco de Crédito: O Conglomerado Bank of America Merrill Lynch possui e segue Políticas de Risco de Crédito globais do Bank of America Merrill Lynch e também Política de Risco de Crédito local, que definem a abordagem de alto nível para gestão de riscos e controles de risco de crédito a serem utilizados, visando limitar e monitorar exposição às contrapartes e aos grupos econômicos, atendendo dispositivos regulatórios, em especial a Resolução nº 3.721/09 do Bacen. As áreas de Análise de Crédito e de Risco de Crédito do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch, trabalhando com as funções de Gestão de Risco Global, avaliam a qualidade de crédito dos clientes individuais existentes e potenciais, as contrapartes institucionais e emittentes, e determina níveis de risco de crédito. Estas áreas revisam e monitoram operações específicas, a carteira de crédito de forma geral e outras concentrações de risco. Também são responsáveis pelo monitoramento contínuo da qualidade do crédito e do cumprimento dos limites estabelecidos e trabalha ativamente com todas as unidades de negócio do Grupo para gerenciar e mitigar o risco de crédito. As áreas de Análise de Crédito e de Risco de Crédito utilizam uma variedade de metodologias para estipular limites de exposição e perda potencial resultante de um indivíduo, contraparte ou emittente não cumprir suas obrigações contratuais. As áreas de Análise de Crédito e de Risco de Crédito realizam revisões periódicas da carteira, monitoram a capacidade financeira da contraparte e avaliam os riscos potenciais de transação visando